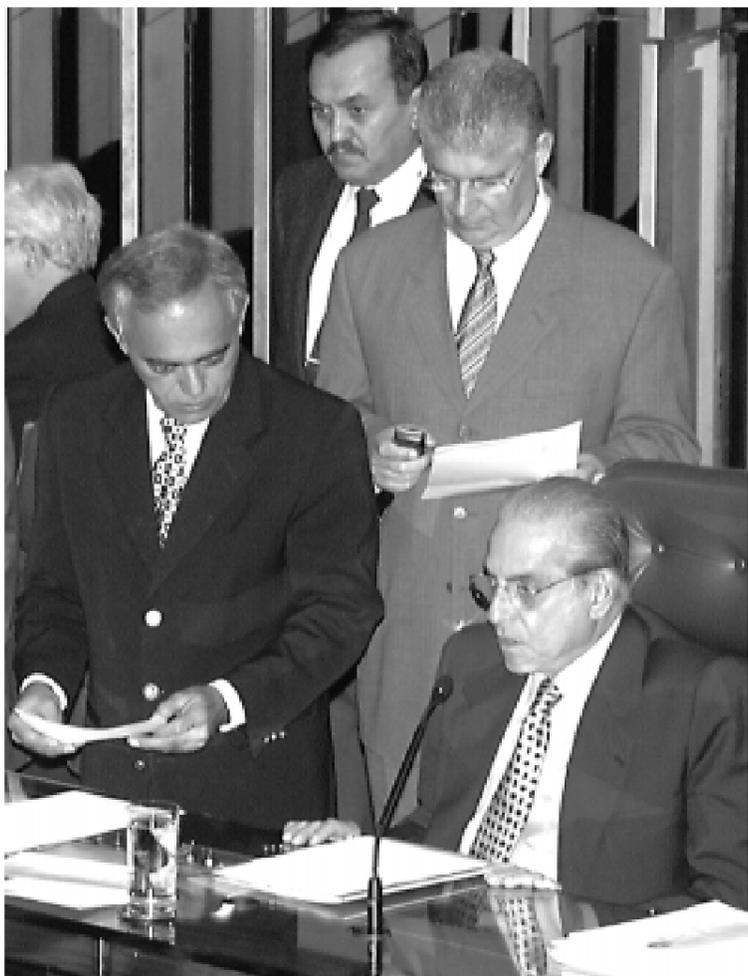


JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.518 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2002



Ramez Tebet presidiu a sessão em que o Senado aprovou garantias da União para a continuidade do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

Nordeste terá crédito para ampliar turismo

Plenário autoriza União a conceder garantias para liberação dos recursos externos destinados à implantação do Prodetur II

Estados e municípios poderão contar com garantia da União para obter os recursos externos destinados à implantação da segunda etapa do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, o Prodetur II. Projeto de resolução com esse objetivo foi aprovado on-

tem pelo Plenário, o que permitirá o repasse de empréstimos já contratados com organismos internacionais. Na mesma sessão, o Senado aprovou projeto da Câmara que confere ao ex-governador Mário Covas a designação de Patrono do Turismo Nacional.

PÁGINA 3

Rocha muda projeto sobre a clonagem

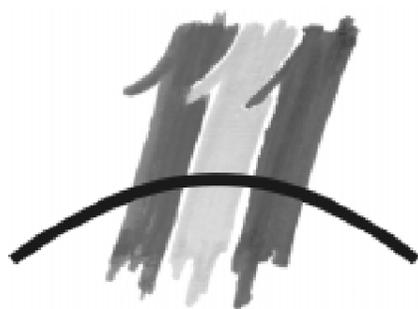
A lei não pode proibir a clonagem terapêutica feita a partir de células de indivíduos adultos. Assim pensa o senador Sebastião Rocha, que decidiu mudar projeto de sua autoria para torná-lo mais próximo da realidade social do país.

PÁGINA 2

Emilia critica redução da maioria penal

Ao registrar a realização do VI Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Emilia Fernandes disse que é um equívoco defender a redução da maioria penal. “Não vamos resolver o problema da violência punindo nossos jovens”, salientou.

PÁGINA 5



111 anos do Senado na República

Agaciel Maia, diretor-geral do Senado, anuncia programa de informação eletrônica



Célio Azevedo

SENADO VAI DISPONIBILIZAR PELA INTERNET 600 MIL PÁGINAS DE HISTÓRIA

PÁGINA 8



Edison Lobão recepciona no Senado Beth Carvalho e Lobão, acompanhados de Tânia Soares

Roque de Sá

Presidente do Senado apóia numeração de livros e CDs

Ramez Tebet manifestou ontem aos cantores Beth Carvalho e Lobão apoio ao projeto de lei que determina a numeração de livros e discos (CDs). O objetivo do projeto é permitir aos artistas melhor controle sobre o pagamento dos direitos autorais. Tebet determinou que a proposta da deputada Tânia Soares seja imediatamente colocada em tramitação quando chegar ao Senado, o que deve ocorrer nos próximos dias. Lobão e Beth, recebidos também pelo senador Edison Lobão, mostraram-se confiantes na aprovação da proposta.

PÁGINA 6

Senado participa em Natal da 1ª Bienal do Livro

Com a realização da 1ª Bienal Nacional do Livro, Natal e o Rio Grande do Norte entram no circuito dos eventos literários de incentivo à leitura patrocinados pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), entidade que conta com mais de 400 associados entre editores, livreiros e distribuidores. O evento ficará aberto ao público de hoje até o dia 22, das 10h às 21h, no Centro de Convenções da cidade.

O Senado apresenta aos potiguares suas publicações e informações sobre o papel do Casa no ordenamento institucional brasileiro. Os organizadores do evento esperam a presença de mais de 90 mil visitantes, entre eles estudantes de escolas públicas e privadas de Natal e região.

Para difundir a produção editorial brasileira, a bienal pretende expor centenas de títulos de obras literárias das mais importantes editoras do país, com a participação de autores locais, nacionais e internacionais.

O evento conta ainda com estandes de 85 editoras, distribuidores, livreiros e instituições culturais públicas e privadas interessadas em promover e desenvolver o estímulo à leitura.

Pelo menos 14 autores de renome nacional, como Ignácio de Loyola Brandão, já confirmaram presença. Uma das atrações da Bienal de Natal é o Salão de Idéias, onde serão promovidos debates.

A participação do Senado em eventos literários começou em 1996, com a criação da Comissão de Feiras de Livro, que tem o objetivo de difundir, diretamente nos estados, o trabalho da Casa.

— Diversos estados já foram visitados e, este mês, o povo do Rio Grande do Norte vai poder entrar em contato direto com o Senado — afirma o diretor da Secretaria de Informação e Documentação, Paulo Afonso Lustosa, que é o coordenador da comissão.

Sebastião Rocha anuncia mudanças no projeto sobre clonagem humana

Com base nas discussões realizadas esta semana em seminário no Senado, parlamentar pretende tornar a proposta mais flexível e próxima da realidade social do país

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que vai promover algumas alterações no projeto de sua autoria que trata da clonagem humana, para torná-lo mais flexível e mais próximo da realidade social do país. O senador decidiu alterar a sua proposta, que tramita na Casa desde 1999, a partir das discussões sobre o tema ocorridas durante seminário realizado pelo Senado nesta semana.

A legislação, segundo Sebastião Rocha, não pode proibir a clonagem terapêutica feita a partir de células de indivíduos adultos, e que viabilizará a criação de órgãos a serem utilizados em transplantes, possibilitando salvar milhões de vidas.

O senador informou que o seu projeto tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), devendo sair de lá para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Ele disse esperar que as comissões discutam a pro-

posta depois das eleições, de modo a submeter o assunto ao Plenário até o final do ano.

Rocha informou que pretende realizar ainda uma audiência pública, no âmbito das comissões, a fim de concluir as modificações que devam ser introduzidas na proposta original.

— Estou certo de que vamos chegar a uma lei que seja moral e ética, mas que, ao mesmo tempo, permita o desenvolvimento da ciência.

O senador não está preocupado com as questões relativas a direitos de família e direitos individuais por conta da clonagem humana integral, por entender que esse tipo de procedimento será proibido, devendo os esforços dos legisladores ser direcionados para os aspectos legais da clona-



Sebastião Rocha acredita que Brasil poderá adotar a clonagem terapêutica sem susto

gem com fins terapêuticos.

Rocha explicou que mesmo a clonagem de um embrião, quando realizada, deve ser interrompida em 14 dias, sob pena de se estar criando um novo indivíduo, o que não será permitido por lei. Entretanto, mesmo a clonagem terapêutica deve estar cercada de cuidados legais, entende o sena-

dor, a fim de impedir o comércio de óvulos e de embriões, no caso de clonagens visando à substituição de órgãos e tecidos humanos.

O senador disse que o seminário sobre clonagem humana, realizado no Senado, com base em requerimento de sua autoria, esclareceu muitos pontos sobre o tema, já que foram ouvidos professores, médicos, cientistas, políticos e religiosos.

Entende o senador que, a partir desse debate, a sociedade brasileira começa a ter uma noção mais clara do que quer e até onde pode ir no que se refere à clonagem humana. Ele disse acreditar que, a partir de agora, o Brasil pode autorizar a clonagem terapêutica sem susto, mas adotando os cuidados necessários.

A sessão de encerramento do evento, realizado no Auditório Petrônio Portella, teve participação dos senadores Tião Viana (PT-AC) e Leomar Quintanilha (PFL-TO).

O dogma deve abrir espaço à ciência, afirma senador

A rigidez dogmática das religiões deve ser abrandada para permitir o progresso da ciência. Essa é a opinião do senador Sebastião Rocha, autor do projeto de lei que estabelece restrições e normas para a experimentação técnico-científica na área de engenharia genética.

Médico e católico, como faz questão de ressaltar, o senador acha que todas as religiões devem se engajar no debate sobre a clonagem humana, procurando ver o problema de todos os ângulos, de modo a que possam abrandar os seus dogmas em benefício do progresso da ciência, que resulta em benefício para toda a

população.

Ao falar da participação de diversas tradições religiosas no debate sobre a clonagem humana promovido pelo Senado nesta semana, Rocha disse que os israelitas, os espíritas e os umbandistas mostraram-se favoráveis à clonagem humana para fins terapêuticos. Dos que participaram dos debates, apenas a Igreja Católica assumiu posição mais radical, contrária a esse tipo de recurso, mesmo que limitado para fins terapêuticos.

Rocha lembrou que a Igreja Católica assume também uma posição contrária ao uso de preservativos, justificando essa posição

com a defesa da fidelidade conjugal. Explicou, entretanto, que a realidade social é outra bem diferente e a posição da Igreja acaba gerando, como resultado, o aumento dos riscos de gravidez inconseqüente e até mesmo da incidência da Aids.

Segundo o senador, se o homem desenvolveu sua inteligência a ponto de conquistar o espaço, viajar até à Lua e ainda decifrar os segredos da vida com os experimentos da clonagem, não pode ter sido por mero acaso.

— Será que a conquista da tecnologia genética e todas essas conquistas do ser humano aconteceram por acaso, ou por uma mani-

festação da Divindade Suprema? — indaga.

O senador entende que com o aprofundamento do debate algumas posições dogmáticas poderão ser abrandadas, chegando-se a uma solução aceita, na sua essência, pela grande maioria, com absoluto respeito à ética, à moral e ao que pregam as Sagradas Escrituras.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2002

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

BALANÇO DA SEMANA



José Cruz

O Plenário também aprovou cinco projetos de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública que objetivam reduzir o índice de violência no país

Prorrogação da CPMF marcou as atividades do Plenário

A semana foi marcada no Senado pela aprovação de três propostas de emenda à Constituição (PEC), a principal delas prorrogando até 2004 a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), promulgada no mesmo dia de sua votação definitiva, quarta-feira. A decisão da Casa foi recebida pelo governo como um fator importante para a tranquilidade do mercado financeiro.

O Senado aprovou, em segundo turno, proposta dos senadores Álvaro Dias (PDT-PR) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) que autoriza o Distrito Federal e os municípios a cobrarem taxa para custear o serviço de iluminação pública. A proposta será enviada à deliberação da Câmara. Outra PEC aprovada, e ainda a ser votada na Câmara, estabelece

que os prefeitos não poderão excluir multas e dívidas em cobrança ativa ao repassar percentuais de verbas à câmara de vereadores.

SEGURANÇA

Foram aprovados também cinco projetos da Comissão Mista de Segurança Pública. Um dos textos modifica o Código de Processo Penal para permitir que os juízes, ao proferirem a sentença, levem em conta também as provas do inquérito policial. Outro projeto inclui no Código Penal a lavagem de dinheiro, a ocultação de bens e a corrupção praticada por funcionário público em transações de comércio internacional.

Também foi aprovado projeto estabelecendo que o crime de homicídio passará a ser punido com o mínimo de oito anos de prisão, mantendo a pena máxima de 30 anos.

Área rural pode ter transporte escolar gratuito

Um dos projetos mais importantes aprovados pelas comissões do Senado, nesta semana, estabelece que os alunos do ensino básico que moram nas áreas rurais terão transporte escolar gratuito. Conforme proposta acolhida pela Comissão de Educação, o custo do transporte será dividido entre a União, os estados e os municípios.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu convidar o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, para explicarem a atual crise no mercado financeiro.

Em audiência pública promovida pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, especialistas debateram, durante horas, a clonagem humana.

Outro assunto que mereceu horas de debate, na Comissão de Educação, foi o sistema de televisão digital a ser implantado no país.

Já a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura promoveu debate sobre projeto que cria um adicional sobre passagens aéreas para subsidiar as companhias que operam na Amazônia.

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência ouviu o delegado que comandou a operação de busca e apreensão na empresa Lunus, de propriedade do marido da ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney, Jorge Murad.

A Comissão Especial de Revitalização do Rio São Francisco aprovou o relatório preliminar do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), baseado em 11 audiências públicas.

Já a Comissão Mista de Orçamento conheceu o relatório do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que vai orientar o Orçamento da União para o próximo ano.

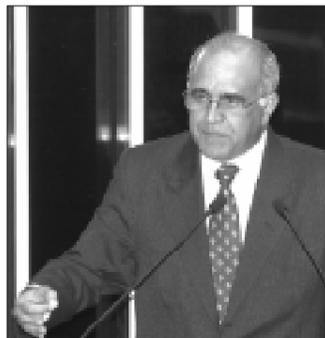
Nordeste tem garantia de recursos para o turismo

Resolução aprovada pelos senadores autoriza União a conceder aval para repasse de empréstimos destinados à implantação do Prodetur II

Os estados e municípios nordestinos poderão contar com recursos externos para a implantação da segunda etapa do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur II). O Plenário aprovou ontem projeto de resolução que autoriza a União a conceder às unidades federativas envolvidas na iniciativa a garantia que faltava para a liberação dos recursos.

A aprovação da matéria, disse em seu parecer o relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), permitirá que agentes financeiros nacionais repassem a estados e municípios empréstimos já contratados junto a organismos internacionais. Os recursos até então não podiam chegar a seus destinatários finais por causa da falta de prestação de garantias pela União. O projeto aprovado prevê ainda garantias para operações de crédito incluídas na primeira fase do Prodetur e no Programa de Modernização do Setor de Saneamento.

Foi também aprovado, com abstenção do senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA), e irá à sanção presidencial, projeto de lei da Câmara que homenageia o ex-governador paulista Mário Covas com a designação de Patrono do Turismo Nacional.



Rosevelt Pinheiro

Paulo Souto apresentou parecer favorável ao projeto, que também abrange o setor de saneamento

BOLSA-ESCOLA

O Plenário acolheu ainda projeto de resolução que autoriza a União a contratar, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), operação de crédito de US\$ 500 milhões destinada a apoiar a balança de pagamentos brasileira e as medidas adotadas pelo governo para a manutenção do nível de despesas e investimentos públicos nos programas de transferência condicionada de renda – como Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação.

A proposta foi aprovada contra o voto da senadora Heloísa Helena (PT-AL), que apresentou emendas destinadas a garantir a aplicação federal de recursos nos programas de transferência de renda. No ano de 2001, observou

a senadora, a execução orçamentária do programa Bolsa-Escola foi de 27,3% do total previsto, e a do programa Bolsa-Alimentação limitou-se a 0,43% da verba estabelecida inicialmente.

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que o governo brasileiro decidiu utilizar R\$ 10 bilhões de financiamento do Fundo Monetário Internacional (FMI) para “acalmar o mercado”, após a expressiva alta do dólar na semana, e anunciou que pretende discutir o tema com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, em reunião prevista para os próximos dias na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O Plenário acolheu projeto de resolução que prorroga por 270 dias o prazo previsto em lei para que a Bahia renove garantias a operações de crédito ligadas ao Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira. Dois outros projetos aprovados autorizam o governo federal a elevar em 2,09 bilhões de reais operação de crédito externo celebrada com o Japan Bank for International Cooperation, e em 3,3 milhões de euros operação com o Banco Bilbao Vizcaya, ambas para a modernização de infra-estrutura de universidades federais.

Prodetur II vai injetar US\$ 800 milhões na região

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil (Prodetur) está entrando agora na sua segunda etapa. Durante o Prodetur I, que está em fase de conclusão, foram investidos US\$ 670 milhões em 13 pólos turísticos. Isso incluiu a construção e melhoria de 1.020 quilômetros de rodovias, preservação ambiental de 70 mil hectares, recuperação de 731,7 mil metros quadrados de área de patrimônio histórico-cultural, capacitação de servidores e construção de sete aeroportos.

O Prodetur II deve injetar mais US\$ 800 milhões no setor turístico da região, sendo US\$ 480 milhões referentes à parcela de financiamento e US\$ 320 milhões à contrapartida mínima exigida dos estados. Novamente, a infra-estrutura será o alvo prioritário. O programa conta com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de estados e municípios e do Banco do Nordeste. A novidade do Prodetur II é que ele vai beneficiar também o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, que integram a área de atuação do Banco do Nordeste.

Aprovados acordos com a Hungria

Dois acordos celebrados entre o Brasil e a Hungria receberam, ontem, a aprovação do Senado. Eles prevêem a cooperação nos campos de quarentena vegetal e proteção de plantas e de procedimentos sanitários nas áreas de veteri-

nária e de saúde pública animal.

Também foram acolhidos quatro decretos legislativos sobre radiodifusão comunitária. As instituições beneficiadas são as seguintes: Associação Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de

Pontal (SP); Associação Rádio Comunitária de Venda Nova do Imigrante (ES); Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Coreaú (CE); e Associação Paz Educacional, em Descalvado (SP).

Álvaro critica fim do processo contra Eurico Miranda

Decisão da Mesa da Câmara de arquivar o pedido de cassação do deputado, acusado de várias irregularidades à frente do Vasco da Gama, “enxovalha o Parlamento e nada contribui para que o Legislativo se fortaleça”, afirma o senador

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) criticou ontem a decisão da Mesa da Câmara dos Deputados de arquivar o pedido de cassação do deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), acusado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol, que funcionou no Senado, de ter praticado várias irregularidades à frente do Clube de Regatas Vasco da Gama, entre as quais desvio de dinheiro para financiar sua campanha política em 1998.

Álvaro Dias disse estranhar que, apesar de todas as evidências e provas contra Eurico Miranda contidas no relatório da CPI, a Mesa da Câmara, “numa atitude surpreendente”, tenha arquivado o pedido de cassação. A decisão, a seu ver, “enxovalha o Parlamento e nada contribui para que o Poder Legislativo se fortaleça perante a sociedade”.

No entanto, afirmou Álvaro Dias, “nem tudo está perdido”. Resta a esperança, afirmou, de que o Mi-

nistério Público promova a devida representação civil e criminal contra todos os “cartolas” denunciados pela CPI, inclusive o deputado Eurico Miranda. Também, acrescentou, que posteriormente a Justiça pronuncie-se e puna os envolvidos nos escândalos revelados em detalhes pela CPI ao longo do ano passado.

O senador, que presidiu a CPI, observou que as provas colhidas pela comissão “são irrefutáveis e mostram a corrupção e a incom-

petência administrativa verificadas no futebol”. Álvaro Dias defendeu a imediata edição, pelo Executivo, de medida provisória sobre a Lei de Responsabilidade Social do Futebol.

Ainda no pronunciamento, Álvaro Dias leu editorial publicado pelo jornal *O Globo* sob o título “Um alerta”, que critica a decisão da Mesa da Câmara e considera que o arquivamento do processo “suja a imagem dos políticos brasileiros”.



Álvaro: resta a esperança de a Justiça punir os cartolas denunciados pela CPI do Futebol

Requião contesta decisão sobre candidatura

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) protestou ontem em Plenário contra a decisão do diretório nacional do seu partido de não registrar sua candidatura à Presidência da República. O nome de Requião havia sido lançado pelo grupo autêntico do PMDB, para ser apreciado amanhã pela convenção nacional do partido.

Requião classificou a decisão como arbitrária, assegurando que a inscrição de sua candidatura atende às exigências legais do estatuto partidário. Disse ainda não abrir mão – admitindo a hipótese de até recorrer à Justiça – de lançar seu nome à corrida presidencial e, assim, manter a tese da candidatura própria do PMDB e “estabelecer o contraditório” na convenção.

– Não vou aceitar que meu



Requião: “Não vou aceitar que meu nome não seja discutido”

nome não seja discutido, pois nossa candidatura representa uma proposta nacionalista de retomada do desenvolvimento e de reconstrução do país.

Requião e os colegas de partido que o apóiam, como os senadores José Sarney (AP) e Pedro Simon (RS), discordam da proposta de coligação com o PSDB, em que a deputada Rita Camata (PMDB) seria a vice na chapa de José Serra (PSDB). “Não fazemos oposição a Rita Camata, mas à falta de diálogo e à venda da legenda sem que se estabeleça o contraditório”, acrescentou.

PROCESSO

Roberto Requião disse também ter sido surpreendido pela abertura de processo contra ele pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por suposta prática de crime eleitoral, em 1992, quando era go-

vernador do Paraná. O senador informou que a ação, reaberta agora com o fim da imunidade parlamentar, já havia recebido voto pelo arquivamento ao passar pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Segundo explicou, a acusação se baseou em advertência de ilegalidade que fez a guardas municipais que recolhiam, sem a presença de oficial de Justiça ou a posse de mandado judicial, material de campanha de um candidato a prefeito pelo PMDB.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) deu seu testemunho sobre “a correção, ética e seriedade” que caracterizam a conduta de Requião na vida pública. Suplicy também saudou a decisão de parte do PMDB de indicá-lo pré-candidato à Presidência da República. Suplicy disse esperar que o partido referende a candidatura de Requião e, dessa forma, “tenha um procedimento à altura de sua história de luta pela democracia e cidadania”.

Brizola concorrerá ao Senado, anuncia Rocha

O líder do PDT, senador Sebastião Rocha (AP), comunicou ao Plenário a candidatura do presidente de honra do partido, Leonel Brizola, ao Senado pelo estado do Rio de Janeiro. “Certamente o que motiva o ex-governador a disputar uma cadeira no Senado é concluir a tarefa de reconstruir a aliança trabalhista, unindo o PDT ao PTB”, disse.

Rocha louvou a experiência e o dinamismo de Brizola. Para ele, Brizola será uma força relevante em favor dos ideais trabalhistas, lutando pelas teses que sempre

defendeu em tantas décadas de ação política no Brasil.

– É gratificante ver o entusiasmo que o caracteriza nos dias de hoje, mesmo depois de tantas lutas – afirmou.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou que Brizola participou dos episódios mais significativos da redemocratização do Brasil e certamente dará contribuição ímpar aos trabalhos do Senado. Também em aparte, o senador Álvaro Dias (PDT-PR) disse que a missão política de Brizola ainda não se esgotou, pois

o Brasil precisa, mais do que nunca, de sua disposição de luta na defesa das instituições.

Para o senador Lauro Campos (PDT-DF), o ex-governador fluminense representa a vanguarda do trabalhismo no Brasil. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) declarou que a presença de Brizola no Senado honrará a Casa, já que “sua biografia brilhante” é reconhecida até pelos adversários. Segundo o senador Roberto Saturnino (PT-RJ), o Brasil está precisando de uma voz densa no Senado para defender as causas trabalhistas.

Alcântara resalta avanços mostrados pelo Censo 2000

Ao analisar os dados do Censo 2000, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que a sociedade brasileira apresenta avanços que devem tornar-se irreversíveis, ressaltando que a década de 1990 não passou em vão.

– Ao buscarmos soluções que correspondam aos novos desafios, não devemos nem podermos desfazer-nos daquilo que já foi conquistado, fruto dos esforços de uma nação que seguimos construindo.

Alcântara ressaltou que a comparação entre os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatís-



Lúcio Alcântara: conquistas são fruto dos esforços da nação

tica (IBGE) obtidos em 1991 e em 2000 indicam que o país se transformou, “nem sempre na direção que queríamos e raramente no ritmo que escolheríamos, mas, ainda assim, obtendo grandes conquistas, que não podem ser desprezadas”, disse.

O senador destacou os avanços na escolarização, especialmente na faixa etária entre 5 e 6 anos, em que a taxa pulou de 37,2% para 71,9%. Na pré-escola, o aumento foi de 196%. No nível médio, o crescimento em relação a 1991 foi de 209%, informou o senador.

Mauro destaca otimismo de empresário do Centro-Oeste

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) destacou pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) indicando o empresariado do Centro-Oeste como o mais otimista do país. Pelo levantamento, os empresários de Goiás, Mato



Mauro mostrou pesquisa da CNI sobre empresariado nacional

Grosso e Mato Grosso do Sul se mostraram confiantes nas perspectivas de crescimento de suas atividades e dispostos a investir. Para um índice médio de 58,9 pontos em todo o país, os empresários do Centro-Oeste atingiram 61,8 pontos na pesquisa,

pela qual uma pontuação acima de 50 indica expectativa positiva em relação ao futuro, explicou.

Conforme os dados da CNI, as grandes empresas apresentaram taxas maiores de otimismo. Ainda assim, os pequenos e médios empresários disseram acreditar

nas amplas possibilidades de desenvolvimento do Centro-Oeste. – Essa atitude de confiança deve ser reforçada, para que ela seja assentada na realidade e para que se estenda do modo mais amplo possível ao conjunto do empresariado nacional – disse.

Eduardo quer reforçar políticas de combate ao abuso sexual

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) pediu o reforço e a integração de todas as políticas e programas contra a violência e o abuso sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Ele apelou ainda para que o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, criado em junho de 2000, "saia finalmente do papel" e tenha verbas definidas.

Conforme dados da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia), uma organização não-governamental (ONG) que se dedica a apurar e denunciar casos de violência e abuso sexual contra a infância, houve aumento de 145% nesses casos no primeiro trimestre de 2002, citou o senador.

Eduardo aponta como agravante o fato de 80% dos casos ocorrerem dentro da própria casa da criança ou do adolescente, praticados por pessoas que a vítima conhece e nas quais deveria confiar. Em 62,76% dos casos o agressor é o próprio pai ou o padrasto da vítima.

Há diferença entre abuso e exploração sexual. A exploração visa ao lucro, é uma relação comercial, com a presença de um aliciador, e decorre principalmente da miséria e de uma extensa rede de agências



Eduardo pede que plano nacional "saia do papel"

de turismo, hotéis e motoristas de táxi. São conhecidos casos de oferecimento de meninas de apenas oito anos de idade a caminhoneiros nas estradas – disse o senador.

Outro agravante, segundo Eduardo, é o uso da Internet para exploração da pornografia envolvendo crianças e adolescentes. A International Watch Foundation, ONG que luta contra abusos na Internet, informa que recebeu, só no ano passado, 11.357 denúncias de sites com imagens de pedofilia, mas conseguiu o fechamento de apenas 3.332. "Como uma página pode ser modificada a cada 15 segundos, a inspeção torna-se difícil", admitiu o senador.

Eduardo citou iniciativas e programas que, segundo ele, têm o rumo certo: "A arte para integrar adolescentes, de Salvador, Bahia; um garimpo que procura um futuro estável para crianças, em Rondônia; a luta contra a violência doméstica e abuso sexual no ABC, na Grande São Paulo; os clubes de cidadania em São João do Meriti, na Baixada Fluminense; e o Centro de Assistência ao Menor, de Palmas, no Tocantins". Outro programa mencionado como eficiente é o Sentinela, da Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social de Tocantins.

Para Ademir, juizados especiais beneficiam o cidadão comum

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) elogiou a atuação dos Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais, criados pela Lei nº 10.259, de julho de 2001, no âmbito da Justiça Federal. Esses juizados cuidam de causas cíveis cujo valor não ultrapasse 60 salários mínimos e de cau-



Ademir destaca vantagens da Justiça mais rápida

sas criminais cujas infrações tenham pena não superior a dois anos ou multa. Ele destacou a simplificação de procedimentos e a dispensa de precatório judicial para a execução da sentença como um dos maiores benefícios obtidos pela população.

Os juizados agilizam o exame de processos que envolvem questões de pequena repercussão econômica e menor complexidade. Solucionam, efetivamente, o problema das

partes, porque o juiz tem maior autonomia em suas decisões e está em contato próximo com os interessados, o que o obriga a participar ativamente dos problemas locais e a valorizar a cidadania – explicou.

Para Ademir, simplicidade, oralidade, informalidade, economia processual e celeridade proporcionadas pelos novos juizados estimularão o cidadão a lutar por seus direitos.

Uma Justiça mais barata, mais célere, mais técnica, mais próxima do povo trouxe inúmeras vantagens para o cidadão comum, que, até então, não tinha como garantir seus direitos, em função das dificuldades encontradas para ajuizar uma ação – disse o senador.

Reduzir maioridade penal é um equívoco, afirma Emilia

Senadora crê que saída para impedir criminalidade juvenil consiste em oferecer aos adolescentes acesso à educação e ao mercado de trabalho

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) protestou ontem contra as propostas que reduzem de 18 para 16 anos a maioridade penal. Na opinião de Emilia, essa seria uma opção ineficaz e arcaica de solucionar uma questão tão complexa quanto a criminalidade juvenil. A solução, segundo a senadora, está em projetos alternativos que busquem o resgate da cidadania e permitam aos jovens a inclusão social.

Os que defendem a redução da maioridade penal cometem um equívoco. Não vamos resolver o problema da violência punindo nossos jovens. Temos que ser duros e rigorosos com os traficantes e os criminosos adultos que utilizam esses jovens – frisou.

A senadora relatou que mil jovens participaram, nos dias 6 e 7 de junho, do VI Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, para expor posição contrária à redução da idade penal. Em torno do tema do encontro, "Adolescente cidadão não merece prisão e sim educação", reuniram-se também, disse Emilia, educadores, colaboradores, representantes de organizações não-governamentais, artistas e jornalistas.

De acordo com a senadora, os participantes do encontro receberam um documento elaborado pelos meninos e meninas no qual está expressa a opinião de que a redução da idade penal pode significar o agravamento da superlotação dos presídios.

A senadora disse que a saída para impedir a criminalidade no meio

A maioridade penal em nove países

Assim como o Brasil, a maior parte dos países do mundo adota responsabilidade penal a partir das 18 anos:

- França:** A maioridade penal ocorre aos 18 anos. Adolescentes com mais de 16 anos podem ser presos em estabelecimentos especiais.
- Inglaterra:** Os que têm entre 10 e 17 anos são julgados por cortes especiais e, dependendo da natureza do crime, podem ser levados a tribunais comuns.
- Alemanha:** A maioridade penal era aos 14 e passou a ser aos 18 anos.
- Haiti:** Maioridade penal fixada em 14 anos.
- Espanha:** Maioridade penal aos 18 anos.
- Argentina:** A responsabilidade penal começa aos 18 anos, mas desde os 16 é possível punir autores de delitos com penas superiores a três anos de prisão.
- EUA:** Adolescentes estão sujeitos à Justiça comum quando cometem crimes violentos.
- Suécia e Chile:** Têm maioridade penal mais alta: 21 anos.

juvenil é oferecer aos adolescentes oportunidades reais de acesso à educação e ao mercado de trabalho. Emilia citou experiência, segundo ela bem-sucedida, que vem sendo desenvolvida pelo governo petista no Rio Grande do Sul. Lá, detalhou, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) foi substituída, jurídica e nominalmente, pela Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase), que implementa programas de reeducação e reintegração social do jovem infrator, atendendo cerca de 800 adolescentes.



Emilia relata experiência do governo gaúcho

— O que vai mudar essa situação é a vontade política de fazer justiça social. Nós, do PT, não fazemos crítica pela crítica. Temos propostas concretas, como a que está em prática no Rio Grande do Sul – afirmou.

A senadora foi apoiada, em aparte, pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que elogiou o tema escolhido por ela e sua experiência no assunto. Francisco Escórcio (PMDB-MA) afirmou que o Senado deve amparar a discussão sobre um tema que interessa a toda a sociedade.

Maldaner sugere ações contra criminalidade

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou ontem preocupação com a insegurança crescente na sociedade brasileira e instou autoridades, parlamentares e entidades da sociedade civil a buscarem soluções para minorar o problema. Para o sena-



Maldaner: jovens devem ter perspectiva de educação e emprego

dor, a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no custeio da educação de um jovem é um exemplo de solução setorial que pode ter efeito benéfico em relação ao problema global da insegurança.

Mesmo em Santa Catarina, onde não há megalópole e a distribuição de renda é melhor do que no resto do país, já há preocupação com a segurança pública, apontou o senador. Ele mencionou editorial do *Diário Catarinense* em que o jornal analisa declarações do ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, reconhecendo haver um "Estado paralelo" comandado pelo narcotráfico nas periferias do Rio e São Paulo.

As soluções mais globais para a insegurança pública são conheci-

das, disse Maldaner: policiamento ostensivo, sentenças judiciais céleres e prisões mais seguras. No que diz respeito a medidas mais específicas que podem partir da sociedade, ele enfatizou a importância do atendimento aos jovens de 14 a 24 anos.

Na opinião do senador, são os jovens desanimados, sem perspectivas de educação e emprego, que vão engrossar as fileiras do narcotráfico.

— Precisamos encontrar meios de atendimento a esse segmento da população, facilitando seu ingresso no 2º e 3º graus e na educação profissionalizante, cuidando de programas para facilitar o primeiro emprego, dando-lhes chance de entrar no mercado de trabalho – finalizou.

Tebet apóia projeto de numeração de livros e CDs

Presidente do Senado garante tramitação rápida à proposta da Câmara que permite maior controle sobre direitos autorais

O presidente do Senado, Ramez Tebet, manifestou ontem aos cantores Beth Carvalho e Lobão apoio a projeto de lei que determina a numeração de discos (CDs) e livros como forma de permitir aos artistas estabelecer melhor controle sobre o pagamento de direitos autorais. A proposta, de autoria da deputada Tânia Soares (PCdoB-SE), deve chegar em breve ao Senado.

— Pretendemos aprovar essa matéria o mais rápido possível e acredito que meus colegas do Senado entenderão, como eu, que se trata de uma decisão de justiça, de defesa àqueles que levam alegria à população, evitando que sejam le-



Tebet discute proposta com os cantores Beth Carvalho e Lobão

sados em seus direitos — disse.

Tebet determinou à secretaria-geral da Mesa que a matéria seja imediatamente colocada em tramitação assim que chegar da Câmara dos Deputados. Ele ressal-

tou que o caso se enquadra no dever do Legislativo de proteger o exercício da cidadania e afirmou que o sistema de numeração proposto está de acordo com “o desejo do Senado de tornar as coisas cada vez mais transparentes”.

“Tenho 34 anos de carreira, e há 34 anos luto por isso”, disse Beth Carvalho, afirmando estar mais confiante na aprovação do projeto depois de ouvir a manifestação de Tebet. Já o cantor e compositor Lobão lembrou que a proposta chegou a ser aprovada pelo Congresso, por iniciativa do ex-deputado Franco Montoro, mas foi vetada pelo então presidente, general Emílio Garrastazu Médici.

Escórcio pede liberação de material hospitalar

O senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) apelou ontem aos auditores fiscais do estado de São Paulo para que liberem, urgentemente, material médico-hospitalar importado da Alemanha destinado à Santa Casa de Misericórdia e ao Hospital do Coração do Maranhão.

Ela disse que os equipamentos, remédios e instrumentos são necessários para o tratamento de 15 pacientes internados nos hospitais.



Escórcio apóia greve dos auditores de SP, mas apela por pacientes no Maranhão

Escórcio disse que apóia o movimento grevista dos auditores do estado porque as reivindicações desses profissionais são justas, “mas também é justo o que eu peço, pois defendo o direito à vida daquelas pessoas”, afirmou.

PRODETUR

O senador aproveitou para registrar sua estranheza quanto à manifestação do senador Pedro Simon (PMDB-RS) sobre ele — Es-

córcio — no momento da votação, ontem, de empréstimo para o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur).

Simon disse ter ficado impressionado com o parecer de Escórcio, que, na condição de relator, limitou-se a dizer que seu voto era favorável à proposta. Na avaliação de Escórcio, isso pode ter deixado a impressão de que ele não tinha conhecimento do assunto.

— Quando fui secretário de Integração Regional (do Ministério da Integração Nacional), acompanhei diversos programas do Prodetur e sei de sua importância — afirmou.

Burocracia limita cooperativas, diz Bezerra

Em apelo dirigido à direção do Banco do Brasil, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) pediu a remoção de entraves burocráticos que, a seu ver, estão impedindo o acesso ao Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop). Na opinião do senador, o programa do governo federal “representou uma esperança de melhores tempos para o cooperativismo agrícola brasileiro”, mas as exigências do setor bancário, especialmente o Banco do Brasil, principal agente repassador dos recursos, estão impedindo seu pleno funcionamento.

Criado em 1998, o Recoop pre-

via destinar R\$ 2,1 bilhões para modernização do setor cooperativista até 30 de junho, informou Carlos Bezerra. Conforme levantamento feito pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a dois meses desse prazo, o Recoop havia concedido apenas R\$ 540 milhões em financiamentos, 25% do total.

— As cooperativas agropecuárias têm encontrado grandes difi-



Carlos Bezerra: exigência bancária tem gerado concentração de repasses

culdades para se adaptarem às normas do Recoop, que exige amplo programa de ajustes, desde controle de gastos até o abandono de negócios não estratégicos para as entidades, como supermercados e postos de combustíveis — explicou.

Ele informou que o resultado foi uma concentração regional dos repasses, com a Região Sul captando cerca de R\$ 440 milhões, 80% do total liberado.

Francelino cobra recursos de emendas das bancadas

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) apelou ontem ao governo federal pela liberação de R\$ 10 milhões dos R\$ 45,2 milhões vinculados a emendas da bancada de Minas Gerais no Congresso e de R\$ 6,6 milhões previstos no Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur). Os recursos seriam destinados à recuperação da rodovia BR-367, entre os pólos turísticos do Vale do Jequitinhonha (MG) e da Costa do Descobrimento (BA), que está em situação “desesperadora após ter sido atingida por uma calamidade”.

O apelo de Francelino dirigiu-se ao ministro do Esporte e Turismo, Caio Luiz de Carvalho, e ao secretário-geral da Presidência da República, Euclides Scalco, que já teriam recebido inúmeras solicitações de parlamentares mineiros pela liberação dessas verbas.

— Diante do silêncio tumular



Francelino manifestou inconformismo frente à indiferença do governo

dos ministros, estamos aqui para manifestar nosso inconformismo frente à indiferença do governo quanto à liberação dos recursos para reconstruir a rodovia — desabafou.

Francelino disse que a dimensão do problema e a revolta da população

afetada motivaram seu discurso. Conforme revelou, quatro pontes ao longo da rodovia foram destruídas, levando o tempo de viagem nesse trecho a saltar de uma para 11 horas.

A demora no repasse dos R\$ 45,2 milhões atrelados às emendas da bancada mineira levou Francelino a questionar a liberação de recursos de emendas de parlamentares de outros estados. Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) informou sobre a liberação total dos recursos. Francelino respondeu saber da liberação de emendas individuais, e não as de bancada.

Mozarildo elogia plano de saúde para penitenciárias

O Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, anunciado em abril pelo governo federal, foi elogiado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Gerido em parceria pelos Ministérios da Saúde e da Justiça, o plano deverá beneficiar 200 mil presos. Os dois ministé-



Plano é dever do Estado e direito dos presos, disse Mozarildo Cavalcanti

rios deverão destinar R\$ 18 milhões por ano, dos quais mais de 70% virão da pasta da Saúde. O Ministério da Justiça deverá alocar outros R\$ 6,2 milhões para reformas, compra de equipamentos e aparelhos ambulatoriais, informou o senador.

Para cada grupo de 500 presos, Mozarildo disse que haverá uma equipe composta por um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem, um dentista, um auxiliar de consultório odontológico, um psicólogo e um assistente social. Os presos, por sua vez, poderão atuar como agentes de saúde de nos presídios, com direito a di-

minuição da pena pelo trabalho prestado.

— Outra grande vantagem que a comunidade carcerária tira dessa iniciativa governamental é o atendimento médico imediato e permanente. Com isso, o próprio governo também ganha,

porque diminuem as oportunidades de fuga que, vez por outra, acontecem, quando presos necessitam de cuidados médicos e têm de ser levados para unidades fora dos presídios. Por outro lado, existe ainda economia de combustível, redução de gastos com escoltas e economia de tempo, que precisam ser levados em consideração — analisou o parlamentar.

Para o senador, longe de ser um gesto de boa vontade do governo com relação aos presos, o plano “deve ser encarado como um dever do Estado e como um direito que já devia ter sido reconhecido há muito tempo”.

Fogaça exige de candidatos propostas sobre dívida interna

Para o senador, os principais postulantes à Presidência da República devem explicar como tratarão o problema em caso de vitória

O senador José Fogaça (PPS-RS) sugeriu ontem que os quatro principais candidatos à Presidência da República (Luiz Inácio Lula da Silva, José Serra, Anthony Garotinho e Ciro Gomes) formalizem documento explicitando como pretendem tratar a dívida interna mobiliária (em títulos), em caso de vitória nas eleições de 6 de outubro.

Para o senador, a medida traria maior tranqüilidade ao país e evitaria novas turbulências no mercado financeiro, além de reduzir o risco Brasil e deter a corrida ao dólar, que, observou, trazem graves prejuízos para as finanças públicas do país.

— Seria um ato patriótico — salientou Fogaça, para quem os candidatos à Presidência devem aprofundar os debates em relação ao tema. Com isso, disse, o próprio processo sucessório ganharia maior estabilidade.

José Fogaça fez a sugestão por estar preocupado, afirmou, com os pesados saques — da ordem de R\$ 6,8 bilhões — que estão sendo feitos por investidores que aplicam em depósitos interfinanceiros (DI) e de renda fixa (RF). No final de maio, lem-



Fogaça diz que explicação evitará novas turbulências no mercado financeiro

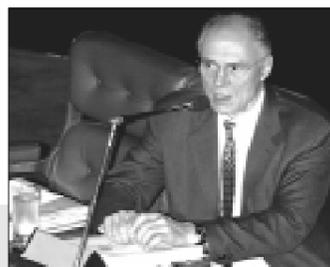


brou, o Banco Central (BC) baixou normas regulando os fundos e, disse, ainda não foram bem compreendidas pelo investidor.

Fogaça explicou que o BC apenas exigiu dos fundos transparência nas operações, ao determinar a atualização dos títulos públicos de suas carteiras pelo valor de mercado, impedindo que os bancos criassem “valores falsos e números enga-

nosos”, como vinha ocorrendo. Com isso, acrescentou, a rentabilidade de muitos fundos foi reduzida em até 4%, ocasionando perdas para os clientes, enquanto os bancos, na tentativa de corrigir perdas, optaram pela compra de dólar, levando à atual crise.

— O BC exigiu dos fundos visibilidade nas operações. O mercado tem que ser transparente para que as fraudes sejam evitadas. Mas se é verdade que alguns bancos tiveram informações privilegiadas antes de a medida ser implantada, trata-se de novo escândalo que deve ser apurado com todo rigor — observou Fogaça.



Suplicy: presidente do Banco Central deve dizer a Soros que os EUA não definirão futuro do Brasil

estigma para os excluídos da sociedade. O cartão precisa ser um instrumento de cidadania, inclusive para os mais ricos cidadãos brasileiros, como os irmãos Saffra, Roberto Marinho, Silvio Santos, Antônio Ermírio de Moraes e nós mesmos, senadores. O cartão não pode ser uma marca humilhante.

Suplicy sugere advertência ao especulador George Soros

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu ontem, em discurso no Plenário, que o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, faça uma advertência ao ex-patrão, o megaespeculador George Soros, que fez previsões sobre o futuro da economia brasileira em um eventual governo do Partido dos Trabalhadores. “Armínio deveria dizer a Soros que não são os Estados Unidos que definirão o futuro presidente do Brasil”, afirmou Suplicy, que também comentou os saques que o governo brasileiro fará junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), no total de US\$ 15 bilhões.

Suplicy afirmou ainda que o chamado “cartão cidadão”, lançado na última semana pelo governo e que será utilizado pelas famílias beneficiadas por programas oficiais de transferência de renda, é uma medida racional mas não pode se transformar em uma “marca da exclusão”. O cartão vai ser distribuído este ano a 12,6 milhões de pessoas beneficiadas por cinco dos 12 programas, inclusive os trabalhadores rurais aposentados.

— Esse cartão é uma boa idéia, bastante racional, mas deveria ser distribuído a todos os brasileiros, porque há o risco de se criar um

Heloísa quer conhecer critério para a liberação de verbas

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) apresentou ontem requerimento para que o governo informe quais os critérios para liberação das verbas de emendas individuais de parlamentares ao Orçamento Geral da União. Heloísa disse que está



Heloísa citou denúncias de que governo barganha para liberar verba do Orçamento

“cansada de ler em jornais” que existe um “balcão de negócios” na liberação, devido às barganhas políticas que o governo realizaria a fim de conseguir votos para propostas enviadas ao Congresso.

Heloísa Helena ressaltou que ela própria e o senador Tião Viana (PT-AC), que estava no Plenário, nunca tiveram uma só emenda orçamentária atendida pela equipe econômica. Segundo disse, não se trata de problema de caixa, mas de uso político do Orçamento. A senadora afirmou que aproveitava a queixa feita pouco antes por um aliado do governo, o senador Francelino Pereira (PFL-MG), para apresentar o requerimento.

— As emendas que apresentei não beneficiam nem um só município governado pelo PT e não

vou receber nenhum tipo de apoio político em troca da emenda. Mas são obras importantes para áreas carentes de Alagoas. Se o governo quiser, pode ir lá e usar politicamente a liberação, não precisa falar em meu nome, desde

que a região seja beneficiada.

LIBERAÇÃO

Em resposta, pela liderança do governo, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) descreveu o processo de liberação de verbas referentes a emendas parlamentares ao Orçamento da União. Ele afirmou que não há qualquer tipo de consideração política, e que o critério é exclusivamente técnico.

— Posso garantir à senadora que as verbas vão sendo liberadas de acordo com o fluxo da arrecadação e a importância da obra proposta. Prometo acompanhar pessoalmente as emendas da senadora Heloísa Helena, porque não há qualquer tipo de barganha. Todo ano há essa conversa. É preciso serenidade. Rebato todas essas insinuações — disse Jucá.



Presidente do TCU, Humberto Souto (segunda, à esquerda), entregou relatório que analisa os gastos do governo federal em 2001

Tebet recebe do TCU análise de contas do Poder Executivo

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Humberto Souto, que entregou a análise das contas do governo federal referentes ao exercício de 2001 para exame do Congresso Nacional. Souto disse que não foi encontrada nenhuma irregularidade grave e que o parecer está em condições de ser julgado pelo Legislativo.

O ministro explicou que a análise das contas é feita do ponto de vista técnico, visando detectar,

por exemplo, se as vinculações constitucionais foram respeitadas e se as aplicações das verbas orçamentárias foram feitas nos órgãos a que eram destinadas.

Souto informou que vai entregar dentro do prazo legal — até o dia 30 de setembro — a complementação do relatório sobre as contas do Executivo, referindo-se ao resultado de 434 auditorias que o tribunal está realizando sobre suspeitas de irregularidades na utilização de verbas públicas em todo o país.

Senado disponibiliza pela Internet 600 mil páginas de história do Brasil

Anúncio foi feito pelo diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, ao divulgar amplo programa de informação eletrônica que inclui convênio visando acesso à legislação de 26 países

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, anunciou ontem o lançamento de um amplo programa de informação eletrônica que vai colocar à disposição do Parlamento brasileiro toda a legislação de 26 países, destacando-se os que integram o bloco dos desenvolvidos. Além disso, o Senado vai tornar disponível pela Internet, já no próximo dia 25, um banco de dados equivalente a 600 mil páginas de dados da história do Brasil.

Ainda neste mês, a Casa iniciará a montagem de um programa que vai oferecer à sociedade, também pela Internet, o equivalente a 2,5 milhões de páginas com o que foi publicado pela imprensa brasileira sobre políticas públicas nos últimos 50 anos. A montagem e a manutenção desse serviço ficarão a cargo da Subsecretaria de Biblioteca do Senado e do Centro de Informática e Processamento de Dados (Prodasen).

A legislação de 26 países, segundo Agaciel Maia, vai permitir que qualquer parlamentar, de qualquer ponto do país, faça uma análise comparativa a respeito de novas propostas que pretenda apresentar em relação a temas de interesse da comunidade.

Esse aparato legislativo vai tornar-se disponível para o Senado brasileiro por intermédio de um convênio com o Congresso norte-americano. A diretoria geral já está selecionando os funcionários que se encarregarão desse trabalho, devendo enviar um engenheiro da área de informática aos Estados Unidos para discutir detalhes da montagem do serviço.

Pelo convênio, o Senado também colocará à disposição dos 26 países que integram esse sistema toda a legislação brasileira em vigor, em inglês. Em razão das complexidades técnicas e operacionais, esse banco de dados legislativo mundial será montado a médio prazo, explicou Agaciel Maia.

O diretor-geral disse ainda que o Senado está preparando uma série de medidas com o fim de ampliar a sua rede de comunicação com a sociedade. Destaca-se, nesse sentido, a montagem de retransmissoras em UHF da TV Sena-

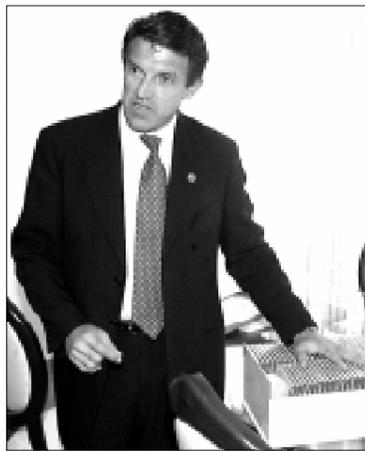
O que será colocado ao alcance do público



O público em geral poderá contar com 600 mil páginas na Internet com os Anais do Senado desde 1826, e com informações legislativas desde 1823, quando foi promulgada a primeira Constituição brasileira, e 2,5 milhões de páginas na Internet com tudo o que foi publicado na imprensa brasileira sobre políticas públicas nos últimos 50 anos. Já os parlamentares terão também acesso à legislação completa de 26 países

nado e da Rádio Senado FM.

As retransmissoras da TV Senado deverão ser instaladas em convênios com as assembleias legislativas e câmaras de vereadores. O Senado já está consultando os 5.507 municípios brasileiros para verificar seu interesse no empreendimento. No caso das transmissoras da Rádio Senado, há a possibilidade de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vir a financiar a aquisição, pelo Senado, de 25 transmissoras para a montagem das reprodutoras da emissora nas principais capitais do país.



Agaciel Maia também divulgou medidas para ampliar a rede de comunicação do Senado

Coral do Senado canta pela paz na Sala Martins Penna

O Coral do Senado apresenta o concerto *Um Canto pela Paz*, na próxima terça-feira, às 21h, na sala Martins Penna do Teatro Nacional. O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, convida toda a comunidade do Distrito Federal.

Sob a regência da maestrina Glicínia Mendes, à frente do Coral do Senado desde sua criação, há seis anos, o concerto pretende ser "mais um estímulo à promoção da paz, num cenário tão marcado pela violência e tão carente de compreensão e de amor como é o nosso dos dias de hoje", afirmou Agaciel Maia.

Para o diretor-geral do Senado, o Legislativo encontra-se hoje engajado no combate à violência, cumprindo o seu papel de aperfeiçoar leis contra o crime e de fiscalizar ações executivas para uma maior segurança de toda a população. É exatamente nesse contexto de combate à violência e de busca da paz que se inserem as formas mais sutis de expressão, como o canto, disse Agaciel.

No concerto da próxima terça-feira, o coral deverá apresentar músicas eruditas e populares, de Häendel a Pixinguinha. Todas as peças selecionadas por Glicínia Mendes lembram o amor e a paz, "elementos raros e preciosos no mundo de hoje", diz Agaciel Maia.

Na primeira parte do concerto do Coral do Senado serão executadas as peças *Oração pela Paz*, de Burryl Red; *The Long and Winding Road*, de John Lennon e Paul McCartney; *Eu Sei que Vou te Amar*, de Vinícius de Moraes; *Cio da Terra*, de Milton Nascimento e Chico Buarque; *Mulungú Fuloriô*, de Antônio Vaz; *Ave Maria*, de Javier Busto; e *Hallelujah, Amen*, de Häendel.

Na segunda parte do concerto serão executadas as peças *Canción con Todos*, de Tejada Gomes; *Los Pueblos Americanos*, de Violeta Parra; *Kyrie Eleyson*, de Felix Mendelssohn e Bartholdy; *Laudate*, de John Leavitt; *Carinhoso*, de Pixinguinha; *Canção da América*, de Milton Nascimento; e *Haja Paz na Terra*, de Miller e Jill Jackson.

Em seis anos de existência, o Coral do Senado já fez diversas apresentações no país e no exterior em excursões patrocinadas pelos coralistas.

Tebet lançará programa que reúne 179 anos de atividades da Casa

O presidente do Senado, Ramez Tebet, deverá inaugurar, no próximo dia 25, um banco de dados com os Anais do Senado, cobrindo 179 anos de atividades. Pela Internet, qualquer pessoa vai poder acessar informações relativas à história do Brasil que motivaram discussões e iniciativas do Senado, podendo realizar a pesquisa por tema ou pelo nome do parlamentar (dispondo, portanto, de índices temático e onomástico).

A iniciativa foi anunciada ontem pelo diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, que ressaltou o esforço que a instituição vem desenvolvendo para tornar



Placa em homenagem a Rui Barbosa, de 1907, é parte da Exposição sobre o Senado

Fotos: Célio Azevedo

seus trabalhos mais transparentes para toda a sociedade.

Segundo Agaciel, vão estar disponíveis pela Internet, no site do Senado (www.senado.gov.br), informações legislativas desde a Constituição de 1823, que criou o Senado, até os dias de hoje.

O banco de dados inclui, além de todas as Constituições brasileiras, os Anais das atividades do Senado desde sua instalação, em 1826 (três anos após a promulgação da Constituição que o criou). O material reunido pela Subsecretaria de Anais e pelo Centro de Processamento de Dados e Informática (Prodasen) que será aberto ao público pela Internet

ocupou 60 CD-ROM, o equivalente a 600 mil páginas, disse Agaciel Maia.

Para o diretor-geral do Senado, o novo banco de dados deverá propiciar farto material de pesquisa, principalmente para estudantes, professores e historiadores, privilegiando-os com uma visão rica em torno de diversos temas de grande importância na vida do país e que foram exaustivamente discutidos no Senado, por diferentes partidos e tendências de cada época.

Ele citou como exemplo a Abolição da Escravatura, que foi toda concebida no Senado e provocou amplos debates entre senadores da época, inclusive Rui Barbosa.

Agaciel Maia chamou ainda a atenção para os eventos programados pela Casa para comemorar os 111 anos do Senado da República, iniciados por uma sessão

solene no Plenário, realizada na última quarta-feira. Ele disse que estão previstas, ainda, a realização de um concurso para escolha da melhor redação de estudantes sobre eventos históricos que contaram com a participação do Senado e uma série de exposições de fotos e peças históricas.

Ao dar exemplo das peças que serão expostas em todo o país sobre as atividades do Senado, Agaciel mostrou uma placa de ouro, pesando aproximadamente um quilo, datada de 1907, na qual os 48 senadores da época fizeram uma homenagem ao seu colega, Rui Barbosa, por sua participação na Corte de Haia, na Holanda, onde recebeu a alcunha de "Águia de Haia". Entre os senadores que assinaram seus nomes na placa de ouro estão Nilo Peçanha, Pinheiro Machado e Barata Ribeiro.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Sebastião Rocha, José Fogaça e Casildo Maldaner